

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

CONTINUAÇÃO DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE  
SANTA CLARA

REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2019

**ATA NÚMERO DEZASSEIS**

No dia 13 de Maio de 2019, reuniu na sede da Junta de Freguesia, sito no Largo do Ministro, nº. 3, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência do seu presidente, Amândio António Almeida da Silva, coadjuvado por Sara Margarida Ferreira Madeira, primeira secretária e Maria Adelaide Ferreira Polónio, segunda secretária.

Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia: João José dos Santos Sentieiro, Maria Fernanda Ribeiro Simões, Bernardo Gonçalo da Cruz Passinhas, Jácome Graçoeiro Dantas, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Maria da Luz Peixoto Ferreira, Paulo César Lopes Ribeiro, Gonçalo Nuno Santos Fonseca, Ricardo Luís Correia Martins de Barros Duarte. Às 21h00, constatada a existência de *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

C) Ordem do Dia:

3. Apresentação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Santa Clara;
4. Apresentação, discussão e votação da 1ª. Revisão ao Orçamento para 2019;
10. Apresentação e votação da Ata em Minuta referente às deliberações tomadas.

**Presidente da Assembleia** Deu início à sessão. Informou que a Sra. Presidente da Assembleia pediu a substituição, com base no regimento da Assembleia, como Primeiro-Secretário substituiu a Sra. Presidente da Assembleia, passando a tomar lugar na mesa da Assembleia a sra. Maria Adelaide Ferreira Polónio como Segunda Secretária, também foi substituído o Sr. Luís Sande e Silva do PS pelo Sr. Bernardo Passinhas. Informou que a sra. Maria Fernanda Ribeiro Simões, do PS, ia tomar posse. Leu o termo da posse e de seguida foi assinado. Passou ao ponto 3 da Ordem do Dia - Apresentação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Santa Clara. Deu a palavra à sra. Presidente da Junta.

**Presidente da Junta** Nesta terceira reunião da 6ª sessão, faltaram tratar dois pontos, um sobre os protocolos e o outro sobre o orçamento rectificativo. Os protocolos com a CML já foram explicados nas reuniões anteriores, mas ia referir o que achava essencial a respeito, tratam-se de 4 protocolos a celebrar, propostos pela CML, o primeiro no valor de 1 milhão e 900 mil euros, direcionada para vários itens que a CML organizou em 8 itens diferentes, conforme constam na documentação que foi distribuída, os itens são: Bairro 100% Seguro; Escola 100% Segura; requalificação de equipamentos em espaço público; Casa Aberta; habitação; equipamentos desportivos; direitos sociais e projetos especiais, a distribuição da verba de 1 milhão e 900 mil euros da CML, permitiu às juntas flexibilidade mas definindo prioridades ao longo do tempo de execução deste protocolo, não tem a rigidez dos protocolos dos anos anteriores, em que uma verba era exatamente direcionada para um protocolo muito concreto, neste caso há uma flexibilidade muito maior que norteia o espírito de todos os protocolos celebrados com as 24 juntas de freguesia de Lisboa. O segundo protocolo, no valor de 100 mil euros destina à higiene urbana, mais concretamente a funções de recolha de resíduos que se entende que as juntas de freguesia possam colaborar nessa função que pertence à CML mas que muitas vezes, ao lado dos ecopontos, as pessoas acabam por colocar sacos de lixo que ficam amontoados à espera de uma recolha por parte da CML, não é para transferir as juntas de freguesia a função da recolha dos resíduos mas apenas para transferir a recolha daqueles resíduos que de algum modo fiquem à volta dos ecopontos. O terceiro protocolo, no valor de 120 mil euros, no capítulo 1, secção 1ª, diz que o presente contrato tem por



56 objetivo garantir uma gestão acentuada e otimização de utilização das infraestruturas e recursos,  
57 ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaço público da Freguesia de  
58 Santa Clara, a CML atribuiu um valor acrescentado para efeitos de higiene urbana às 24 freguesias  
59 de Lisboa, distribuiu uma determinada verba para estas 24 freguesias e que essa verba foi mais  
60 avultada nas zonas de maior implementação turística, Santa Clara e outras freguesias tiveram a  
61 verba de 120 mil euros para melhorar um pouco a higiene urbana. O quarto protocolo é de natureza  
62 diferente dos anteriores, é um protocolo de 88 282,84 euros que se destina aos espaços verdes,  
63 algumas áreas da freguesia que já estavam a ser tratadas pela Junta de Freguesia mas que não  
64 estavam incluídas no protocolo de transferência de competências para a Junta de Freguesia de  
65 Santa Clara, este protocolo é um acerto, isto resulta de uma negociação, de um acerto e de uma  
66 reivindicação ao longo destes anos, no sentido de que a CML reconheça áreas de intervenção no  
67 espaço público que a Junta estava a cuidar e que não estavam contempladas, assim sendo têm em  
68 presença 4 protocolos de delegação de competências, a Assembleia fará como entender, se  
69 pretender analisar e votar em simultâneo ou cada um per si.

70 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

71 **Paulo Ribeiro** Esta reunião só ia realizar-se porque o Executivo não disponibilizou os  
72 documentos que eram necessários para esta Assembleia poder decidir em consciência, daí uma  
73 sessão já ir em três vezes, não por culpa desta Assembleia mas por culpa do Executivo. Em relação  
74 aos protocolos, na última assembleia de freguesia, a sra. Presidente da Junta justificou o porquê  
75 de não ter entregue, disse que foi muito em cima do tempo, que foi muito à pressa e não deu  
76 tempo para distribuir, mas via na ata do Executivo, nomeadamente no protocolo de 1 milhão e  
77 900 mil euros, tem a aprovação em 27 de Fevereiro, ou seja o Executivo já o tinha em 27 de  
78 Fevereiro, por isso caía por terra toda aquela teoria que foi abordada na última assembleia que  
79 não teve tempo e que não tinha como disponibilizar os papéis, em relação à verba não acreditava  
80 que a CML desse 1 milhão e 900 mil euros para fazerem o que bem entendem, porque o protocolo  
81 é específico quanto é o valor para cada área, por isso não acreditava que a Junta de Freguesia não  
82 tenha que cumprir tudo o que ali está, e chamava a atenção para o valor de 400 mil euros a nível  
83 do Bairro 100% Seguro, que diz que "... que assim como medidas de proteção, promoção da  
84 segurança e sustentabilidade da mobilidade", ou seja, a sra. Presidente da Junta neste momento  
85 não tem desculpa para não fazer as lombas elevadas que foram aprovadas nesta assembleia de  
86 freguesia, nomeadamente na Rua João Amaral e na Rua Hein Semke, se iam continuar a dizer que  
87 a Junta não pode fazer, neste momento não pode dizer que não pode fazer, porque tem 400 mil  
88 euros para a segurança de pessoas e bens e a promoção da sustentabilidade e mobilidade. A partir  
89 de hoje, quando os moradores vierem dizer que há lixo à volta dos contentores não vai dizer que  
90 não pode apanhar, porque neste momento tem verba para apanhar e fazer essa gestão dos resíduos  
91 que a CML não recolhe quando vem fazer a recolha do lixo, sabiam que a partir de hoje a Junta  
92 tinha dinheiro para esse efeito, só não faz se não entender ou não faz nos locais onde não quer  
93 fazer, porque há outros que faz, isto estava gravado e iam ficar atentos. Em relação aos espaços  
94 verdes, no mapa dos espaços verdes, há um espaço verde chamado Banda Musical e Artística da  
95 Charneca, pretendia saber se era um espaço verde dentro da banda. Os CSC vão votar a favor dos  
96 protocolos, porque qualquer verba é pouca para o que esta freguesia necessita, mas iam estar  
97 atentos, porque os protocolos são bem explícitos, existem várias regras, desde a sua execução,  
98 onde foi o dinheiro gasto para fazerem as transferências.

99 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

100 **Bruno Rolo** Manifestou solidariedade para com a Sra. Presidente da Assembleia pelo motivo de  
101 doença de um familiar, agradeceu o envio atempado com o prazo dos protocolos que estavam em  
102 falta. O contrato de delegação de competências mais avultado, que orça em 1 milhão e 900 mil  
103 euros tem uma série de rubricas de intervenção que estão resumidamente discriminados quais são  
104 os seus âmbitos mas não tinham conhecimento, por intermédio da Junta, de quais são as propostas  
105 para investir estes valores, mais uma vez pediu ao gabinete dos vereadores do PCP na CML a  
106 proposta completa que foi à CML e nessa proposta veio um quadro que continua a não ser  
107 distribuída à Assembleia, mais uma vez uma falta de respeito e não percebia o porquê desta  
108 questão de esconder as coisas, era interessante saber publicamente se foi uma proposta ou uma  
109 sondagem que a Junta fez à CML, o próprio já sabe mas era importante a Assembleia saber quais  
110 são dentro destes projetos as intervenções que a Junta de Freguesia se propôs desenvolver e



111 compete à Assembleia fiscalizar se irão ser intervencionadas e os seus timings de intervenção ao  
112 abrigo do protocolo, porque a CML é muito bem salvaguarda no contrato que faz com a Junta  
113 uma série de obrigações que a Junta tem que cumprir para receber as verbas parceladamente, não  
114 é só a CML, também tem que ter alguma moralidade na questão da aplicação das verbas, mas  
115 quem compete, além da CML fiscalizar a intervenção da Junta é a Assembleia de Freguesia, nesse  
116 sentido não ficava mal dar conhecimento e continuava a não perceber exatamente porque é que  
117 esse quadro não vem em anexo, o que apurou nas modificações ao PPI, algumas das intervenções  
118 já estavam programadas no PPI porque a Junta foi obrigada a discriminá-las, no sentido de o  
119 investimento ter que estar previsto para o ano de 2019, já estão uma série delas mas não estão  
120 todas, entendia que ainda havia algumas questões em falta, também não diz as localizações e no  
121 mapa aparece mais detalhadamente, como por exemplo as passadeiras mais elevadas e lombas e  
122 no PPI não fala, no quadro que foi à reunião de Câmara estava lá a proposta da Junta e isso era  
123 importante que a Assembleia tivesse conhecimento e não apenas os eleitos do PCP por  
124 interposição do seu grupo municipal na vereação da CML, se não soubesse estas informações, à  
125 partida não tinha condições para determinar uma orientação de voto muito significativa, mas o  
126 contrato é relativamente detalhado no âmbito do acompanhamento, controlo, monitorização e  
127 obrigações, parece-lhes um contrato relativamente equilibrado e tendo em conta as intervenções  
128 que a Junta se propõe fazer, a bancada do PCP irá votar favoravelmente esta descentralização,  
129 dizer também que algumas das áreas que a CML descentraliza não parecem bem descentralização  
130 de novas competências, parecem mais um reforço de algumas competências que foram  
131 descentralizadas em devido tempo com a lei da descentralização e da reforma administrativa da  
132 cidade de Lisboa e que agora por incapacidade financeira as juntas não conseguem responder com  
133 os seus orçamentos e a CML teve que fazer um financiamento extra para que as Juntas possam  
134 dar persecução às competências que lhes foram transmitidas, que as juntas aceitaram na altura,  
135 um pouco irresponsavelmente, porque aceitaram sem saber exatamente quais eram os custos que  
136 estavam associados e quais eram as verbas que iam receber, e tal como já falaram em outras  
137 assembleias com o aumento brutal do quadro do pessoal e das despesas correntes, criava-se o  
138 risco tal como avisaram de hipotecar o futuro financeiro das juntas de freguesia de Lisboa e  
139 nomeadamente a de Santa Clara, mas a sra. Presidente da Junta disse que não era verdade mas  
140 pelos vistos andaram duas semanas aflitos para que isto fosse aprovado rapidamente, até parecia  
141 que o dinheiro tinha pernas e podia fugir a qualquer momento, e o protocolo não diz que se  
142 aceitarem tarde demais a aprovação dos protocolos, que o dinheiro não vinha, o que diz é que só  
143 vem à medida que for dando provas que os investimentos foram feitos e com isso estavam  
144 completamente de acordo porque é uma obrigação da CML e do poder local prestar contas dos  
145 seus investimentos. Em relação aos outros contratos de delegação de competências, o contrato de  
146 100 mil euros para a higiene urbana, o lixo à volta dos ecopontos e dos vidrões é muito subjetivo  
147 de quem é a competência, porque se está na via pública e a Junta tem varredores, não entendia  
148 porque é que não o apanhavam antes, só ia apanhar agora quando receber os 100 mil euros, se  
149 estavam a falar na questão da recolha dos monos, aí já era outra situação, em que aí os 100 mil  
150 euros pode não dar, e davam o exemplo, na segunda pagina do protocolo, no ponto 7, na  
151 fundamentação, a CML diz "... por falta de capacidade disponível instalada ou por capacidade de  
152 resposta menos célere por parte dos serviços municipais ou por comportamentos cívicos menos  
153 próprios, são depositados com regularidade resíduos de forma incorreta junto dos ecopontos",  
154 além de serem depositados, não são recolhidos e isso é uma incapacidade de resposta por parte  
155 da CML e também dos serviços da Junta, porque não ficou bem decidido o que é que competia a  
156 cada entidade e o que a CML vai fazer é simplesmente pagar 100 mil euros para se ver livre do  
157 problema e 100 mil euros pode ser pouco ou pode ser muito, na pág. 5, cláusula da terceira –  
158 competências da segunda contratante, no ponto 4 "... é competência da segunda contratante  
159 realizar o objeto do presente contrato previsto, sem qualquer quebra de continuidade e qualidade  
160 da execução dos mesmos, 7 dias por semana, ainda que para tal tenha que recorrer a situações e  
161 alternativas", a varredura, a deservagem, não havia condições para sequer cobrir a área da  
162 freguesia toda em condições, porque há zonas que estão bem tratadas e há zonas que os fregueses  
163 vêm ali reclamar e agora a CML exige que para a questão das recolhas dos lixos, de monos e  
164 resíduos junto aos ecopontos, a Junta por 100 mil euros por ano dê conta 7 dias por semana do  
165 serviço, essas verbas têm que cobrir horas extraordinárias e isso era completamente imprevisível



166 porque todos os dias pode haver resíduos à volta dos ecopontos, provavelmente 100 mil euros não  
167 cobriria 365 dias por ano, é que depois a CML vai exigir relatórios mensais do progresso da  
168 execução dos trabalhos desenvolvidos, conforme o ponto 6 do mesmo artigo e gostava de saber  
169 como é que fazem relatórios mensais de progresso de um protocolo que é imprevisível pelo facto  
170 do seu ónus ser os municípios serem mais ou menos sujadores do espaço público, se os municípios  
171 forem asseados, o relatório vai dizer que não houve ocorrências e se os municípios não forem  
172 asseados e todos os dias andarem na recolha, a Junta nem vai ter tempo para recolher os monos,  
173 quanto mais para fazer relatórios e os 100 mil euros não vão chegar, haviam determinados bairros  
174 da Freguesia em que a sra. Presidente da Junta diz constantemente que atiram lixo pelas janelas,  
175 que há muita degradação do espaço público a nível de higiene urbana, os 100 mil euros são uma  
176 saída airosa da CML para resolver um grande problema que a CML tem e não consegue dar  
177 resposta e por 100 mil euros passa “a batata quente” para a Junta, e depois ainda pede satisfações  
178 em relatórios se foi cumprido ou não cumprido, isto já não lhes parece igual ao contrato anterior  
179 que referiu, que era intervenções que a Junta se propôs fazer especificamente, avaliou quais eram  
180 as necessidades e as carências da Freguesia, bem ou mal, foram as que foram avaliadas pela Junta  
181 e depois fez essa proposta e a CML orçamentou, mas neste caso não é assim porque mandam 100  
182 mil euros e a Junta que resolva esse problema, isto era uma questão de escala, os resíduos urbanos,  
183 principalmente estes que a cidade toda vai encontrando de forma sistemática e com dificuldade  
184 de resposta a nível do município, na opinião do PCP já apresentaram uma proposta disto em  
185 Câmara e deve-se resolver com uma intervenção de escala, que é a centralização dos serviços no  
186 município e depois ser o município a gerir esses serviços de uma forma muito mais equilibrada  
187 para não haver 24 centros de higiene urbana, cada uma em sua freguesia a tratar destes problemas  
188 que não era o que estava estipulado em 2013, quando se fez a reforma administrativa, mas que a  
189 CML agora se apercebeu do problema que tinha ficado às suas costas e depois quis transmitir às  
190 freguesias. Em relação ao protocolo dos 120 mil euros, ainda tem mais dúvidas, porque não  
191 conseguia perceber qual era o objeto do protocolo “... garantir uma gestão assente na otimização  
192 da utilização de infraestruturas e recursos ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza  
193 das vias e espaço público”, isto queria dizer que a Junta tem que limpar a sua freguesia, isto já  
194 dizia na descentralização de competências inicial, isto eram mais 120 mil euros “pela porta do  
195 cavalo” da descentralização de competências da revisão administrativa, não estava a dizer que  
196 havia qualquer tipo de irregularidade, o que dizia é que fizeram uma avaliação muito subavaliada  
197 das despesas, e agora as juntas estão todas a reclamar com a CML que não têm dinheiro para  
198 cumprir e agora vem um contrato de cooperação que não diz nada, a única coisa que diz é que há  
199 problemas na higiene urbana e as juntas têm que o resolver, e depois há uma outra questão que  
200 levanta preocupação, há um relatório técnico operacional, elaborado pela direção do serviço  
201 municipal de higiene urbana que tem vários critérios estabelecidos, na cláusula 4 e 5 que refere  
202 que nesse relatório há vários critérios que são orientadores e indicadores do que é que a Junta tem  
203 que cumprir, mas não receberam esse relatório técnico, não sabem sequer ao que a Junta está  
204 obrigada a fazer, é para a limpeza, mas não refere a que tipo de limpeza, os requisitos cumulativos  
205 do apoio financeiro, que constam na secção 2, a segunda contratante tem que reunir uma série de  
206 requisitos cumulativos “... a apresentação prévia do orçamento e mapas, relatório e contas dos  
207 últimos três anos civis, com incidência no que respeita à higiene urbana, a apresentação do mapa  
208 de pessoal afeto à higiene urbana”, e este contrato só contempla transferência de verbas se a  
209 despesa de um ano civil não houver um decréscimo em relação à despesa do ano anterior, ou seja,  
210 se a Junta num ano gastar menos dinheiro do que no ano anterior, já não tem direito de receber os  
211 120 mil euros, isto é só no caso de haver um acréscimo de despesa, se não houver acréscimo de  
212 despesa, já não recebe o dinheiro, mas estava convencido de que ia receber porque o objetivo é  
213 mandar mais dinheiro para a Junta encapotadamente, tiveram que arranjar um pretexto, este  
214 contrato não tem ponta por onde se lhe pegue, pretendia saber quem era a pessoa designada para  
215 gerir o presente contrato, que é a sra. Rita dos Santos Lucas, presume que seja uma funcionária  
216 da CML, que é a pessoa que vai fiscalizar se a Junta está a cumprir bem ou não as suas funções.  
217 Em relação aos espaços verdes, as dúvidas são menores porque na última página vem um quadro  
218 que facilita a fiscalização por parte da Assembleia, porque sabem que espaços verdes estão  
219 contemplados, qual era a verba para cada espaço verde por ano e depois compete à Assembleia e  
220 à população se estes espaços verdes, que estão protocolados estão devidamente bem tratados ou



h  
S

221 não, neste caso dos espaços verdes, tal como a sra. Presidente da Junta tinha dito na última sessão,  
222 era para repor algumas coisas que a Junta já tratava mas que não estava a ser devidamente  
223 ressarcida, e neste caso como no primeiro vão votar favoravelmente, pretendia dar uma nota que  
224 vem nos vários contratos mas com particular interesse no contrato dos espaços verdes, lembrar  
225 que na cláusula 3 – Obrigações do segundo contratante, alínea f “Uma das competências da Junta  
226 é assumir os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos, sejam aqueles de natureza  
227 humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa os danos que porventura  
228 ocorram”, a situação do processo judicial em curso de uma árvore que caiu em cima de um carro  
229 e que mandaram para tribunal há uns anos e que até estão convencidos de que não vão ter que  
230 cumprir, porque não vão ser dados como culposos, perguntava se à luz deste protocolo se isso  
231 podia ser feito, se podiam descartar as responsabilidades e mandar para a via judicial, porque o  
232 que ali diz não era isso, diz que todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos,  
233 sejam aqueles de natureza humana ou material devem ser reparados com urgência e à custa da  
234 Junta, perguntava se estavam disponíveis para cumprir esta cláusula, é porque já haviam  
235 antecedentes criminais, ainda está em julgamento, o caso foi a poda de uma árvore e a pessoa que  
236 não tirou de lá o carro, não sabia quem tinha razão mas questionava se estavam disponíveis para  
237 assinar este protocolo com esta cláusula, se estivessem disponíveis, não tinham nada a objetar,  
238 mas era um aviso que deixava pelo histórico da situação que houve anteriormente e que era  
239 razoável não ignorar, iam votar a favor do protocolo dos espaço verdes e os outros dois da higiene  
240 urbana iam votar contra.

241 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

242 **Ricardo Duarte** Disse ao Sr. Presidente da Mesa que era importante mencionar que nem todos  
243 estavam presentes, apesar de haver quórum.

244 **Presidente da Assembleia** Faltava o elemento do CDS-PP, se entretanto chegasse ficaria  
245 registado em áudio.

246 **Ricardo Duarte** Em relação a estes protocolos e como em parte já foi ali abordado, eles não são  
247 mais do que uma forma do município colmatar financeiramente aquilo que era uma previsível  
248 falha de orçamento das várias juntas naquilo que foi a revisão administrativa aprovada, que delega  
249 as competências para as juntas de freguesia e que se prepara para fazer o mesmo no ponto de vista  
250 do governo aos municípios, não são mais do que uma forma de se desresponsabilizar quem está  
251 a montante, na capa de que estão a aproximar da resolução dos problemas das pessoas e isso  
252 parece um princípio muito nobre, mas as verdade é que, como era de prever, face às  
253 responsabilidades assumidas, os orçamentos das freguesias são curtos, então entendeu o  
254 município arranjar uns protocolos simpáticos por forma a colmatar essa falha financeira para as  
255 juntas de freguesia conseguirem fazer aquilo que no fundo aceitaram, a nível da reforma  
256 administrativa, uma prova disso é este protocolo de cooperação, é única e exclusivamente uma  
257 forma de atribuir dinheiro, os espaços verdes, tal como o Executivo assumiu, trata-se de um  
258 acerto, são verbas que a Junta teve que ir adiantando, manifestando claramente uma insuficiência  
259 face aquilo que são as competências acrescidas, e como já tinham mencionado anteriormente, este  
260 é um problema de fundo que se está a viver no país atualmente, que passa por desresponsabilizar  
261 a montante, e depois fazem umas transferências, mas só as fazem quando interessar, neste  
262 momento o município de Lisboa é do PS, a maior parte das freguesias também, é normal que o  
263 município não queira deixar as freguesias com problemas, não se sabendo o que poderá acontecer  
264 no futuro, porque as competências já foram aceites, não é tanto nestes protocolos e se um dia não  
265 der jeito que as freguesias consigam cumprir as suas funções? Não eram eles que iam impedir que  
266 a Junta de Freguesia receber os valores que precisa, aliás como se tornou evidente em todo o  
267 atribulado, em que os protocolos tinham que ser aprovados mas sem documentos e aproveitava  
268 para salientar o que os CSC já frisaram com a ata disponível, não compreendia como é que tinha  
269 havido falta de tempo, porque ou tinham votado em algo que ainda não tinham na sua posse, o  
270 que seria deveras mais grave ou já tinham em posse os protocolos, segundo a ata que ali está,  
271 tinham um protocolo pelo menos desde Fevereiro e três de 3 de Abril e alicerçando o que disse a  
272 CDU, há informação que continua a faltar, há uma noção muito estranha deste Executivo de não  
273 fornecer toda a informação que dispõe, não percebe o porquê, tudo isto teria sido muito mais fácil  
274 se a informação lhes tivesse chegado atempadamente, tudo isto estaria já resolvido e era algo que  
275 os transcendia, por não concordarem com o processo de revisão administrativa, tanto como o que



276 se passou como o que se prepara futuramente em termos de municipalização e pelos problemas  
277 que isto levanta e por estes protocolos serem claramente uma forma de dar um balão de oxigénio  
278 às freguesias, não votarão a favor de nenhuns protocolos mas também não impedirão a sua  
279 aprovação, por isso o sentido de voto será na abstenção.

280 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

281 **Paulo Ribeiro** Já tinha feito a sua intervenção sobre os protocolos, e ouvindo a intervenção do sr.  
282 Bruno Rolo, ficou preocupado porque parece que faltavam papeis, os CSC não têm ninguém na  
283 CML mas num futuro próximo talvez tenham, mas o suporte que o BE e o PCP têm, os CSC não  
284 têm, pretendia que a sra. Presidente da Junta dissesse se esse documento existe, porque não o tem,  
285 voltavam à mesma situação, já iam na 3ª assembleia por causa da falta de documentos, porque se  
286 existe e aí faz sentido o que o sr. Bruno Rolo disse, porque pensou que os valores em cada área  
287 foi a CML que os atribuiu, mas ouvindo o sr. Bruno Rolo, foram sugestões da Junta para estas  
288 áreas que deram origem a estes valores, era isto que queria ver confirmados, porque senão  
289 voltavam à mesma situação de não estarem em condições de votar, não estando a assembleia  
290 autorizada a votar o que não têm, se na mobilidade – passadeiras não está lá a Rua João Amaral e  
291 a Rua Hein Semke, que foi uma proposta aprovada na assembleia, então ainda é mais grave,  
292 porque foi a Junta que o propôs no protocolo, pretendia ver confirmado se existe este documento  
293 porque se existe é grave, porque continua a ser escondido à Assembleia os documentos que a  
294 CML propõe à Junta, não tinham que saber as coisas pelo PCP ou pelo BE, têm que saber o que  
295 se passa na Assembleia pela Junta de Freguesia através da Presidente da Assembleia.

296 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

297 **Presidente da Junta** O BE interpreta estes protocolos como uma forma que o município teve de  
298 colmatar eventuais falhas de atribuição de verbas financeiras por altura do processo de  
299 reorganização administrativa, também não lhe custava muito entender as coisas desta maneira,  
300 porque o processo de reorganização administrativa tem necessariamente que ter acertos ao longo  
301 do tempo, uma coisa que se faz de uma vez não tem que ser feita exatamente de forma definitiva,  
302 até porque a realidade é dinâmica, e nessa perspetiva não a chocava que ao longo do tempo se  
303 fizessem acertos a uma medida que foi tomada há seis anos atrás, dizer que este tipo de protocolos  
304 procura desresponsabilizar a montante e a responsabilizar a jusante, de facto responsabiliza a  
305 jusante, porque se atribuiu verbas tem que ter a contrapartida de obter a resposta do agente de  
306 execução que neste caso são as juntas de freguesia, dizerem que estes montantes são um balão de  
307 oxigénio que a Junta tanto precisa, até porque já foi adiantando verbas para a execução destas  
308 atividades, efetivamente a Junta de Freguesia foi ao longo destes anos adiantando verbas do seu  
309 orçamento para a execução destas atividades, porque realizou todas as atividades que lhe competia  
310 e com o orçamento que tinha ultrapassou até as suas competências, mas dizerem que a Junta de  
311 Freguesia estava a necessitar tanto, que revelou com carácter de ansiedade nas reuniões anteriores,  
312 isso não era verdade porque problemas de tesouraria foi o que esta Junta de Freguesia nunca teve,  
313 esta Junta de Freguesia poderia ter tido um problema contabilístico de atribuição de verbas a  
314 determinadas rubricas, atribuição essa que tem que ser objeto de ratificação por parte da  
315 assembleia num orçamento que aparece em Dezembro, para o ano seguinte e num orçamento  
316 retificativo, que aparece em Abril, como é o caso, mas isso era uma retificação, mas problemas  
317 de tesouraria nunca teve e já estava há 14 anos nas autarquias e nunca tal aconteceu e pensa que  
318 nunca irá acontecer, porque gerem as coisas do ponto de vista financeiro com muito cuidado. Os  
319 CSC referem que, já que a Freguesia recebe tanto dinheiro, que não pode desculpar-se de não  
320 fazer uma série de projetos que entende que deve fazer, designadamente a elevação de várias  
321 lombas e etc, e articulando isto com a questão das passadeiras, informava que tinha a relação de  
322 todas as passadeiras, eram questões que apareciam ao longo do ano de toda a dinâmica que  
323 acontece entre a Junta de Freguesia e a CML, do diálogo que vai acontecendo ao longo do ano e  
324 que a Junta de Freguesia vai articulando com a CML e vai dialogando e obtendo aval para as  
325 situações que vão acontecendo, isto já são situações anteriores que mereceram negociações e tinha  
326 uma lista de passadeiras identificadas na Freguesia que eram necessárias ser feitas, algumas delas  
327 já estão feitas, outras que já têm os projetos feitos e que estão na CML para aprovação final, já  
328 têm a aprovação verbal mas não têm a aprovação escrita e outras que estão em fase de diálogo e  
329 de elaboração, isto era toda uma dinâmica que acontece ao longo do ano mas que está  
330 consubstanciada nestes documentos, todas as passadeiras da Freguesia e vão sendo feitas à medida



331 que os acordos vão sendo feitos com a CML, agora dizer que a Junta de Freguesia de Santa Clara,  
332 já que tem este dinheiro, pode fazer tudo, incluindo passadeiras elevadas, para já não era assim, a  
333 Junta de Freguesia só pode fazer aquilo que a CML autoriza a fazer e mais concretamente um  
334 departamento próprio da CML, que é a Divisão de Trânsito, que é a divisão especializada em  
335 regular tudo aquilo que ao trânsito diga respeito, não é a Junta de Freguesia que tem qualquer  
336 competência ou poder para agir em qualquer área no espaço público, não é o ter dinheiro que é  
337 suficiente, podem fazer sim se apresentarem o projeto à CML e se a CML os autorizar a fazer,  
338 dava o exemplo da intervenção do edifício da sede da Junta em que não precisaram nenhum à  
339 CML, muito embora tenha falado com o vereador Manuel Salgado e com os adjuntos dele, mas  
340 se quisesse fazer qualquer intervenção no espaço ao lado e quisessem alterar a fachada daquele  
341 espaço, aí sim eram obrigados a apresentar à CML o projeto para a CML aprovar ou não aprovar,  
342 porque isso era uma alteração na estrutura existente, as coisas não eram assim só porque a Junta  
343 de Freguesia pode ou não fazer, os senhores membros da Assembleia podiam dizer o que  
344 entendessem mas isso não os ia levar a fazer ou não fazer o que legalmente não era possível, vão  
345 fazer tudo o que era legalmente possível fazer, independentemente de terem que apresentar  
346 projetos à CML, aquilo que for obrigado a ser feito com projetos a apresentar à CML e com a  
347 aprovação desses projetos, é esse o procedimento que vão seguir, porque não iam querer incorrer  
348 em infrações, em relação às passadeiras tinham todo o gosto em distribuir uma relação das  
349 passadeiras que ali estavam e de algumas que já estão em execução, e organizaram-nas da seguinte  
350 maneira: 1 – As passadeiras já concluídas; 2 – Os projetos concluídos e aprovados pela CML, mas  
351 obras não realizadas; 3 – Projetos elaborados mas dependentes de aprovação pela CML; 4 –  
352 Projetos em curso; 5 – Projetos não elaborados. Estavam ali todas as situações e todos podiam ter  
353 acesso a essa listagem e forneceriam cópias se assim o entendessem, isto era um protocolo  
354 referente a 12 passadeiras e estão identificadas 30 que nem sequer vão ser cobertas por este  
355 protocolo, a Junta é que as tem identificadas em que algumas são prioritárias em relação a outras.  
356 Dizem que faltam documentos, não sabe a que documentos se referem mas sabe qual foi a  
357 dinâmica desta negociação, referindo-se ao protocolo de 1 milhão e 900 mil euros, a dinâmica  
358 desta negociação foi chamarem todos os presidentes de junta para uma reunião no salão nobre  
359 dos paços do concelho para se pronunciarem sobre projetos que entendessem de importância para  
360 as suas freguesias e para lhes atribuir um valor financeiro que entendessem adequado, na altura  
361 foi a própria e o arquiteto Carlos Brandão e indicaram um conjunto de necessidades de natureza  
362 social, englobando a parte educacional, a cultura e o desporto e por outro lado o espaço público,  
363 a higiene urbana, os espaços verdes e as requalificações urbanísticas, quer ao nível do espaço  
364 público quer ao nível do edificado, em que uma parte pertence à Junta de Freguesia, dentro destes  
365 parâmetros fizeram uma relação de intervenções que em regime de projeto de delegação de  
366 competências a Junta de Freguesia poderia realizar, havia uma listagem preliminar que não tinha  
367 que vir para esta assembleia de freguesia porque é um trabalho preliminar entre a Junta de  
368 Freguesia e a CML, é um conjunto de intenções e de pretensões, foi indicado e no conjunto  
369 totalizava um valor sumário, quando se fazia uma previsão à pressa, não tinham de modo nenhum  
370 a veleidade e pretenderem ser rigorosos, porque isto implicava cálculo muito mais apurados do  
371 que aquilo que se pode fazer na hora, mas aquilo que fizeram estava ali detalhado os pedidos que  
372 fizeram e organizados por várias áreas temáticas, totalizavam 4 milhões e 325 mil euros, a este  
373 conjunto de pedidos a CML respondeu-lhes com esta listagem dos quais foi a CML que escolheu,  
374 dos quais a CML escolheu alguns e que indicou, a partir deste trabalho que fizeram, foi a CML  
375 que fez a listagem e lhes enviou, a Junta de Freguesia em relação aos protocolos que estavam em  
376 presença era capaz de subscrever observações que foram ali feitas, designadamente algumas feitas  
377 pelo sr. Bruno Rolo quando dizia que um valor de 100 mil euros para o protocolo da higiene  
378 urbana da recolha de monos, incluindo sábados, domingos e uma perfeição que se exige que seja  
379 feita, não chegava minimamente e fizeram notar isso à CML, elaboraram uma informação à CML  
380 com tudo aquilo que eram reparos a estes protocolos, era uma posição do Executivo que se fez,  
381 mas a resposta da CML foi igual para todas as juntas de freguesia, não tinham a certeza que o  
382 protocolo de 100 mil euros cobria todas as despesas, mas o que realmente estavam a fazer era a  
383 grande parte destas atividades, porque não se sentiam bem em ver as coisas na forma que se  
384 apresentavam por verem que a recolha não era feita com a celeridade que se devia e a Junta de  
385 Freguesia, muitas vezes acabava por fazer, nestas circunstâncias também sabiam que ao assumir



386 parte desta responsabilidade tinham que se apetrechar com meios humanos e equipamentos,  
387 humanos porque eram mais pessoas que tinham que fazer este trabalho em outros horários e  
388 equipamentos porque provavelmente tinham que numa primeira fase fazer algum investimento,  
389 fizeram uma informação detalhada à CML o que isso teria de implicações, no caso do protocolo  
390 dos 120 mil euros é um acréscimo para poder melhorar um pouco mais a limpeza da Freguesia,  
391 para que a Freguesia, no seu orçamento, tenha que fazer um pouco menos de esforço, só no caso  
392 dos 100 mil euros na recolha dos monos e recolha de lixo à volta dos ecopontos é que colocaram  
393 um pouco mais de reserva, mas a assembleia é soberana para votar como entender, o Executivo  
394 depois de analisar tudo isso e se fazer esta análise detalhada com os técnicos e os chefes de divisão  
395 que têm a colaborar consigo considerou que era preferível aceitar estes valores e ir fazendo ao  
396 longo do tempo acertos pontuais como sempre têm vindo a fazer, e estes acertos, esta negociação  
397 e esta persistência trazem mais vantagens do que não aceitar estes protocolos e depois ficarem  
398 numa situação de desigualdade às restantes freguesias de Lisboa, de todo não convém, apesar de  
399 aceitar algumas ressalvas que também acha pertinentes, em relação às ações previstas, só tinham  
400 um ponto para estas duas temáticas em apreço, aquilo que se propõem fazer está contido num  
401 plano retificativo apresentado, se tinham um plano operacional para o ano de 2019 baseado num  
402 determinado montante e se agora foi acrescentado a esse montante mais o saldo de gerência e  
403 mais o valor destes protocolos, tiveram que reorganizar a afetação das despesas nesse mesmo  
404 plano e tiveram que direcionar essas mesmas despesas para outros fins, que estão contidos no  
405 ponto seguinte, que é o orçamento retificativo, ou tratavam tudo no mesmo ponto ou tratavam o  
406 mesmo assunto duas vezes, da parte da Junta não falta nenhum documento, a pessoas que tem  
407 articulado este assunto com a Junta da CML é o sr. vereador João Saraiva e por delegação de  
408 competências dele, como apoio, o dr. Miguel Soares, chefe de divisão da Unidade de Coordenação  
409 Territorial, é com ele que têm tratado sempre estas questões destes protocolos, no caso do  
410 protocolo dos espaços verdes, esse é mesmo um acerto em relação aquilo que já vinha a ser feito,  
411 com o orçamento da Junta e que agora a CML reconhece que de facto deve à Junta esse dinheiro,  
412 de referir que não têm nem nunca tiveram nenhum problema de tesouraria, têm é uma questão de  
413 contabilidade a definir nesta assembleia que já foi definido em termos de reunião de executivo e  
414 que esta assembleia sancionará ou não, no âmbito das suas competências, para afetar as verbas  
415 que tem para os projetos que se propõe fazer, esteve em tempos na Junta de Freguesia da Charneca  
416 e quando lá chegou já encontrou essa forma de funcionar, uma estreita cooperação entre a Junta  
417 de Freguesia e algumas instituições, a cooperação entre a Junta de Freguesia e a banda musical  
418 sempre existiu e deve continuar a existir, porque é uma das três bandas musicais e artísticas não  
419 regimentais da cidade de Lisboa, as outras são todas afetas a instituições, não têm fundos próprios,  
420 são uma escola de formação gratuita, nunca cobraram um cêntimo a ninguém para proporcionar  
421 formação a vários níveis, musical e etária, e daquela escola de formação tem dado iniciação e  
422 aperfeiçoamento, já saíram grandes músicos, que uns estão com licenciaturas em música e em  
423 países estrangeiros, outros bem colocadas na Gulbenkian, e etc, tem sido uma grande escola de  
424 música, tem sido uma escola que tem promovido a canalização das energias das crianças, jovens  
425 e adultos para fins extremamente positivos, e isto era de reconhecer e a própria reconhece o papel  
426 da Banda Musical e Artística da Charneca na cidade e mais concretamente na Freguesia de Santa  
427 Clara e orgulhava-se de terem na Freguesia esta instituição, colaboram com a Banda da Charneca  
428 de diversas formas, uma vez mandaram reabilitar o edifício todo, ainda no âmbito da Freguesia  
429 de Charneca, e outra coisa que faziam era com os próprios meios, que eram só três pessoas, que  
430 era o sr. Gonçalo, o sr. Vítor e o sr. Bacelar, e promoviam o tratamento do pequeno jardim em  
431 frente do edifício da banda, não deixaram de o fazer quando atribuíram isso a uma entidade  
432 externa, que contemplou também esse jardim, uma vez sendo esse trabalho feito pela Junta de há  
433 uns anos para cá, a Junta tem continuado a fazer, era esta a colaboração com uma entidade externa  
434 que lhes merece toda a credibilidade.

435 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

436 **Ricardo Duarte** Bastava ter dito que tinha sido para ajudar a banda para tratar do jardim, não era  
437 preciso todo esse discurso sem tirar qualquer mérito à banda. Em relação ao que a sra. Presidente  
438 da Junta disse, pretendia esclarecer que tesouraria não é serviço e uma junta de freguesia não é  
439 uma empresa em que é bonito terem uma tesouraria muito “bonitinha”, não disse que a Junta tinha  
440 problemas de tesouraria no orçamento e acreditava nele, a questão era ter orçamento suficiente



js  
§

441 para os serviços que são exigidos às juntas, e voltando às ervas, tem espirrado imenso com as  
442 ervas, porque ao contrário nas muito ocasionais intervenções da bancada do PS, que foi dito que  
443 era um problema pontual, mas não era, toda a Freguesia está cheia de ervas, a questão não era só  
444 se a Junta tinha problemas de tesouraria, a questão era se essa tesouraria era suficiente e por isso  
445 era um balão de oxigénio para permitir fazer aquilo que era suposto a Junta fazer dentro da  
446 delegação de competências da reorganização administrativa, a situação de ir vendo caso a caso  
447 porque era dinâmico era tudo tão perigoso porque estas coisas tinham que estar estabelecidas, isso  
448 de ver caso a caso permitia muita coisa, esperava estar enganado mas isto ia permitir muita coisa  
449 no futuro, a Sra. Presidente da Junta referiu que foram à reunião de CML e que foi feito um pouco  
450 “em cima do joelho”, basicamente foi aquilo que disseram, a CML achou que umas freguesias  
451 precisavam mais do que outras, mas precisou de distribuir algum dinheiro pelas freguesias, então  
452 chamou-os lá e disse para arranjam uma coisa qualquer que não fique muito mal e para lhes  
453 darem algum dinheiro, não é assim que as coisas devem funcionar e só podia lamentar que assim  
454 fosse e que tenha sido confirmado que o funcionamento, na prática, foi basicamente este.

455 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

456 **Paulo Ribeiro** Não pôs em causa o apoio que a Junta dá à Banda da Charneca, que deve até ser  
457 pouco para aquilo que eles fazem, o que pretendeu saber foi se o espaço verde se denominava  
458 banda musical, provavelmente seria mais interessante ser a rua onde é a banda, mas isso ficava  
459 ao critério da sra. Presidente da Junta, até porque esta freguesia, como têm constatado ao longo  
460 dos tempos, estava a ficar deserta, porque os escuteiros foram embora, Alvalade abraçou-os com  
461 pompa e circunstância, porque não tinha mas Santa Clara tinha e perdeu, assim como multibancos,  
462 bancos e etc, iam gastar 1 milhão e 900 mil euros numa freguesia cada vez mais deserta, sem  
463 instituições e sem nada, mas isso cabia a quem estava a dirigir a Junta e enquadrar isso da melhor  
464 forma, e ouvindo novamente a Sra. Presidente da Junta ficava com outras dúvidas, porque a Sra.  
465 Presidente da Junta disse que os 100 mil euros para a limpeza, fizeram cálculos exatos com os  
466 chefes de divisão, que só esses 100 mil euros pagam os três chefes de divisão, logo estes 100 mil  
467 euros ficam extintos com três chefes de divisão, a 2500 euros vezes 14, fica logo o dinheiro gasto,  
468 mas 1 milhão e 900 mil euros foi a CML que impôs, e olhando para o mapa que o PCP fez o favor  
469 de disponibilizar, que esta Junta de Freguesia não disponibilizou à Assembleia, viam que o Bairro  
470 100% Seguro vai gastar 400 mil euros junto à Piscina, que deve ser a parte mais interessante da  
471 Freguesia e a mais necessitada, na Rua João Amaral e a área de intervenção da Freguesia, que é  
472 no vago, junto à Piscina aparece quatro vezes, deve ser 100 mil euros de cada vez que deve ser os  
473 400 mil euros que a CML vai atribuir, iam ver outras áreas, era tudo na Ameixoeira e ali perto,  
474 mas sem concretizar, na Avenida Santos e Castro deduz-se que é no lado de Santa Clara, no  
475 desporto volta a ir para a Piscina Municipal, apesar de haver outros campos na freguesia, em que  
476 esta freguesia deve ser a única que não tem um pavilhão, em que um clube tem atividades  
477 cobertas, que é o Tunelense, que tem que ir jogar ao Bairro da Boavista, porque não tem um  
478 campo na freguesia onde possa dinamizar as suas atividades, e a requalificação dos prédios  
479 sociais, aparece outra vez o Largo do Ministro, que mais uma vez é uma zona que está a necessitar  
480 de obras, tirando as Galinheiras e a Torrinha e etc, o Largo do Ministro volta a ser contemplado,  
481 mas havia uma novidade, até que enfim a Rua Eng. Quartin Graça é referida, porque para quem  
482 lá passa e quem lá vive é caótico, só mesmo quem passa lá é que vê aquela zona, por isso a sra.  
483 Presidente da Junta disse que foi a CML que obrigou a Junta que antes de fazer passar essa  
484 informação, que não acredita que foi a CML que tantas áreas que não têm acesso, que escolheu  
485 estas, ou seja, a Junta vai gastar 1 milhão e 900 mil euros em zonas que se calhar não são as mais  
486 prioritárias mas que são as escolhidas por este Executivo.

487 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. João Sentieiro.

488 **João Sentieiro** Entendia que estavam todos esclarecidos e propunha que passassem à votação,  
489 porque vêm frequentemente a Sra. Presidente da Junta de ser acusada de ser muito complexa nas  
490 suas explicações e no tempo que dura a dar essas explicações mas nesta assembleia, ninguém  
491 mais gosta de se ouvir muito que não seja a oposição, a oposição já falou e já se ouviu e encantou-  
492 se com o que disse e ajudou-os a todos a ficarem esclarecidos, por isso propunha que passassem  
493 à votação, porque não vinham para ali para elaborar teorias nem fazer grandes dissertações, aliás  
494 às vezes num português arrevesado, vinham para ali para resolver problemas, se neste momento  
495 o problema que têm para resolver é o dos protocolos, então que passassem a resolvê-lo.



496 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro, para defesa da honra.  
497 **Paulo Ribeiro** Ao fim da sua 4ª intervenção conseguiu ouvir o PS, notavam com boa satisfação  
498 que o PS estava presente, porque por vezes parecia que estavam para falar para ninguém, estavam  
499 sempre de acordo e estava sempre tudo bem, o sr. Sentieiro não esteve presente nas outras duas  
500 reuniões e não sabe o que ali se passou, se foi eleito foi para zelar pelos interesses dos fregueses,  
501 não foi para levantar o braço ou baixar o braço, tem que intervir de acordo com o que acham que  
502 é o melhor para a Freguesia, não era para irem ali fazer número, estavam ali em defesa da  
503 população, porque foi ela que os elegeu, por isso congratulavam-se que o PS tivesse dito alguma  
504 coisa e por isso podiam então passar à votação.  
505 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte para defesa da honra.  
506 **Ricardo Duarte** Era verdade que falavam, porque era a falar que se discutiam as coisas, não era  
507 calados e mudos e irem ali só para se levantar o braço, de acordo com aquilo que foi indicado e  
508 pré-estabelecido, não era para isso que foram eleitos e não deveria ser para isso que estavam ali,  
509 deveriam ter vergonha da posição que assumem nesta assembleia desde o primeiro dia.  
510 **Presidente da Assembleia** Cada um assume a sua oposição, é livre de expressar a sua opinião,  
511 devem é respeitar, cumprindo o regimento em defesa da honra, também não devem ofender a  
512 honra dos outros. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.  
513 **Bruno Rolo** Estavam ali para votar em consciência, não estavam ali para passar cheques em  
514 branco, já tinha dito isto na última assembleia, por isso era importante que as questões fossem  
515 levantadas, tinha pena que nesta assembleia não estar ali ninguém do PS, só está ali uma pessoa  
516 que pode atestar o que ia referir, quando a dona Albertina estava na oposição e o próprio estava  
517 no Executivo, a assembleia de freguesia da Ameixoeira, a maior parte das intervenções eram das  
518 bancadas que apoiavam o Executivo e vergonhosamente, neste mandatos não tem sido o caso e  
519 isso era lamentável mas não se demitem de fazer as perguntas que têm que ser feitas, em relação  
520 à votação, fazem questão que sejam postas separadamente, porque já tinham feito declaração de  
521 voto com sentido de votos diferentes, não fazia sentido aceitarem uma votação por grupos.  
522 **Presidente da Assembleia** A Sra. Presidente da Junta, na sua intervenção inicial deixou à  
523 consideração da Assembleia votar os protocolos separadamente e a proposta do PCP ia nesse  
524 sentido. Passou à votação esta proposta, ao qual foi aprovada por unanimidade. Passou à votação  
525 do protocolo nº 1, no valor de 1 milhão e 900 mil euros, ao qual foi aprovado por maioria, com 5  
526 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PSD, 2 votos a favor dos CSC e dois votos a favor do PCP  
527 e 1 abstenção do BE. Passou à votação do protocolo nº 2, no valor de 100 mil euros referente à  
528 higiene urbana, ao qual foi aprovado por maioria, com 5 votos a favor do PS, 2 votos a favor do  
529 PSD e 2 votos a favor dos CSC, 2 votos contra da CDU e 1 abstenção do BE. Passou à votação  
530 do protocolo nº 3, no valor de 120 mil euros, também referente à higiene urbana, ao qual foi  
531 aprovado por maioria, com 5 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PSD e 2 votos a favor dos  
532 CSC, 2 votos contra do PCP e 1 abstenção do BE. Passou à votação do protocolo nº 4, no valor  
533 de 88 288,44 euros, referente aos espaços verdes, ao qual foi aprovado por maioria, com 5 votos  
534 a favor do PS, 2 votos a favor do PSD, 2 votos a favor dos CSC e 2 votos a favor do PCP e 1  
535 abstenção do BE. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro para declaração de voto.  
536 **Paulo Ribeiro** Os CSC não iriam inviabilizar os protocolos, porque qualquer verba que viesse a  
537 mais para a Freguesia era bem vinda, mas não concordam com a aplicação das verbas, fazendo fé  
538 no mapa que o PCP disponibilizou e que a Junta não disponibilizou, discordavam em algumas  
539 áreas que estão mencionadas, porque entendem que o dinheiro deveria ir para outras áreas que  
540 são mais degradadas e que estavam a necessitar mais.  
541 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto 4 - Apresentação, discussão e votação da 1ª. Revisão  
542 ao Orçamento para 2019. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.  
543 **Presidente da Junta** Sobre este assunto já está dito o que era essencial, a revisão visa integrar o  
544 plano de atividades já aprovado em Dezembro de 2018 para o ano em curso e integrar os  
545 protocolos agora aprovados no pressuposto que iam ser aprovados e o saldo de gerência, depois  
546 a distribuição destes valores pelas várias rubricas no âmbito social, no espaço público e na  
547 requalificação urbana, e para isso solicitava que fosse o dr. Luís Araújo uma explicação sucinta  
548 ou então em alternativa que a Assembleia fizesse perguntas e o dr. Luís Araújo que promovesse  
549 as respostas adequadas.  
550 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.



551 **Paulo Ribeiro** Certamente este orçamento não seria o dos CSC, é o orçamento deste executivo,  
552 com maioria PS – PSD, a questão que se coloca é sempre a mesma, isto era uma revisão e não  
553 tendo gráficos, com um orçamento inicial, porque gostariam de ver, por exemplo na higiene  
554 urbana quanto é que tinham antes e quanto é que foi o reforço, isto não era difícil para fazer, podia  
555 lá chegar porque tem o orçamento inicial mas era mais explícito a comparação do orçamento  
556 inicial com a revisão para perceber onde os 2 milhões e 800 mil euros entraram e a percentagem  
557 que consumiu em cada área, atendendo ao orçamento inicial, era este o reparo que ia deixar e  
558 esperava que a sra. Presidente da Junta pudesse pedir para que fosse feito para não terem que ir  
559 buscar os documentos anteriores para verem onde foram introduzidos os valores.

560 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

561 **Ricardo Duarte** De facto haveria algumas dúvidas que poderiam ficar mais esclarecidas e terem  
562 uma visão mais geral que serão facilmente esclarecidas e esperava que não maçasse muito a  
563 bancada do PS com estas questões, na pág. 6, que são os acréscimos que chamam mais a atenção,  
564 nos seguros, pretendia saber a que se deve o incremento de 30 mil euros, na pág. 7, na rubrica  
565 Outros, aparece o valor de 39780 euros, trata-se de um valor muito concreto e será certamente  
566 fácil de explicar o que serão estes outros, na rubrica Alimentos e Géneros para Confeccionar,  
567 também pretendia saber o porquê deste incremento e Outros Trabalhos Especializados, na pág. 8,  
568 Outros Investimentos, tem mais 80 mil euros, pretendia saber o que eram estes 80 mil euros, na  
569 pág. 9, mais uma vez aparece Outros, no valor de 247 493 euros, também uma verba muito  
570 específica, ainda na pág. 9, Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, pressupõe que tem  
571 a ver com os protocolos, no valor de 1 milhão de euros, na pág. 10, Ferramentas e Utensílios, no  
572 valor de 72 mil euros, nas modificações ao plano plurianual onde aparentemente se reflete onde  
573 vão ser feitos os investimentos, onde aparece 200 mil euros na requalificação do Largo do  
574 Ministro, e de salientar aquilo que tem vindo a dizer desde a tomada de posse face à desigualdade  
575 que existe nesta freguesia, mais 200 mil euros para esta zona da freguesia, esperava  
576 esclarecimentos mas não seria definitivamente esta a sua prioridade.

577 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

578 **Bruno Rolo** Junto ao protocolo vem um quadro que diz qual era o âmbito da intervenção de cada  
579 um dos programas e o valor previsto, e na reunião de câmara aparece outro quadro que diz que  
580 obras é que são propostas fazer em cada um dos programas mas não tem valores, presumindo que  
581 os valores foram estimados num outro quadro que os membros da assembleia não receberam, mas  
582 o próprio recebeu e leu o que lá está, e não é exatamente igual às modificações do PPI, por  
583 exemplo a construção de um parque de estacionamento num mercado na Rampa do Mercado não  
584 está previsto no quadro que acompanhou a proposta do contrato de delegação de competências de  
585 1 milhão e 900 mil euros como projeto especial mas no PPI, na pág. 36 “CDC – Projetos especiais  
586 de adaptação de um mercado para estacionamento na Rampa do Mercado – 190 mil euros”, se  
587 está num lado e não está no outro e pretendia saber qual o motivo, os equipamentos de ginástica  
588 e fitness tem um reforço de 60 mil euros, no quadro que acompanhou a proposta à CML não  
589 constava, pretendia saber se estes equipamentos eram para a Piscina ou para os jardins públicos,  
590 também pretendia saber, a sra. Presidente da Junta explicou que fez um levantamento do protocolo  
591 de delegação de competências sobre a higiene urbana com o chefe de divisão da higiene urbana,  
592 o sr. Filipe Cerqueira e que não foi uma proposta abstrata, fizeram um levantamento de quais eram  
593 os custos que oneravam, mas não disse nem viu em lado nenhum a não ser no PPI que ao abrigo  
594 do CDC – Ecopontos, está previsto a aquisição de uma viatura no valor de 27 mil euros, e no  
595 CDC – Ecopontos a aquisição de ferramentas no valor de 22 mil euros, ou seja, destes 100 mil  
596 euros dos ecopontos, 49 mil euros é para adquirir ferramentas e viaturas, o que já só sobra 51 mil  
597 euros para tratar 7 dias por semana, 365 dias por ano da recolha dos monos, questionava se esses  
598 51 mil euros serão suficientes para pagar ao pessoal, se houver muito abandono de monos à volta  
599 dos ecopontos durante 1 ano, como é que vão resolver a situação, por vezes era mais fácil fornecer  
600 as coisas mais claramente do que procurarem informações dispersas, isto cria confusão, as  
601 perguntas não são fáceis de se fazer porque têm que procurar em vários pontos e tinha dúvidas se  
602 a própria Junta sabia o que estava a fazer, porque isto era tudo tão confuso que perguntava se isto  
603 tinha saído do ar ou os quadros foram à CML numa proposta com uma série de previsões de  
604 intervenção que depois no PPI entretanto resolveram fazer de outra maneira, porque a sra.  
605 Presidente da Junta que o que foi escolhido no CDC dos programas foi a CML que escolheu de



606 uma lista que a Junta mandou, a CML escolheu alguns e a Junta, no PPI, escolheu outras, isto não  
607 fazia sentido nenhum.

608 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

609 **Presidente da Junta** Os projetos que têm que fazer são os que foram propostos no orçamento  
610 retificativo, nas receitas tem o conjunto das receitas constantes deste plano que totaliza 6 918 513  
611 euros, na coluna das despesas tem uma coluna que refere a situação atual, caso a caso, conta a  
612 conta e projeto a projeto, situação atual essa que é o plano operacional em vigor e aprovado em  
613 Dezembro passado, e na coluna ao lado tem modificações orçamentais que só tem acréscimos,  
614 inscrições e reforços, nessa coluna tem a distribuição exata, rubrica a rubrica destes valores que  
615 foram agora adicionados, sendo que o somatório tem que dar o total das receitas.

616 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

617 **Paulo Ribeiro** Era uma constante os membros da Assembleia perguntarem uma coisa e a sra.  
618 Presidente da Junta responder outra, as respostas da sra. Presidente da Junta dava a impressão que  
619 estava a passar um atestado de incompetência às pessoas, conseguiam ver no mapa das  
620 modificações, tanto na receita como na despesa como o dinheiro ia ser aplicado, a questão era  
621 eles perguntavam uma coisa e a sra. Presidente da Junta responde com outra, das duas uma, ou  
622 faziam o mínimo possível porque têm a maioria e as coisas são sempre aprovadas, ou então  
623 tentarem a maioria possível de aprovação dos membros da assembleia, estarem constantemente a  
624 inteligência dos outros e a dizer que não faz e não faz porque tem a maioria, isso não era a  
625 democracia, se a sra. Presidente da Junta quisesse, votavam pelo correio e estava aprovado mas  
626 isso não era democracia porque foram todos eleitos, se a sra. Presidente da Junta puder simplificar  
627 o que a Assembleia pede, haviam perguntas que caíam por terra. Pretendia saber se nesta verba  
628 da CML de 1 milhão e 900 mil euros, o que era considerado investimento.

629 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

630 **Presidente da Junta** Combinou com o dr. Luís Araújo a distribuição deste dinheiro de acordo  
631 com o plano de investimentos, ele não fez um plano ad hoc, aquilo que o dr. Luís Araújo espelhou  
632 no plano foi um reflexo daquilo que recebeu de orientações da própria para espelhar o plano,  
633 contabilisticamente falando, ele detém um conhecimento técnico adequado que a própria não tem  
634 para dar as respostas à Assembleia e delegava nas pessoas que muito melhor que a própria podia  
635 explicar de uma forma mais técnica, com uma linguagem mais elaborada aquilo que foi um acordo  
636 estratégico entre eles, solicitou ao dr. Luís que desse todas as respostas, recordava que estavam  
637 em meados de Maio, já não tinham o ano todo para realizar o plano operacional, era um pormenor  
638 que não era tão irrelevante assim.

639 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Araújo.

640 **Luís Araújo** Relativamente à questão que o Sr. Paulo Ribeiro colocou, os protocolos em si da  
641 CML para a Junta não estão mencionados qualquer tipo de investimento corrente à condição dos  
642 executivos acharem onde é que a intervenção vai ser dada a prioridade na parte da distribuição,  
643 ao colocarem como à verba que vai ser afetada da parte corrente e da parte de capital, no caso da  
644 Junta aplicam muito a administração direta, logo à partida iam ter também intervenções que são  
645 feitas pelos funcionários da Junta, se fizessem essa desagregação e com a verba vai ser transferida  
646 parte projeto a projeto, seria difícil estar a desagregar o que é uma parte de investimento e outra  
647 de capital, como nos protocolos não diz lá nada que o valor é para investimento ou para corrente,  
648 levaram para a parte de corrente na parte da receita e depois fazem o investimento mais adequado  
649 e das prioridades que o Executivo tenha para a execução dos protocolos. Sobre as questões  
650 colocadas pelo sr. Ricardo Duarte, os seguros têm a ver com a aquisição de novos equipamentos  
651 como o caso da viatura e outro tipo de equipamentos, as refeições e trabalhos especializados têm  
652 a ver com a Praia-Campo, em que são servidas refeições, na pág. 8 – Outros, no valor de 80 mil  
653 euros, é relativo aos painéis solares para a Piscina Municipal de Santa Clara, na pág. 9 – Outros,  
654 no valor de 65 mil euros, é a aquisição da matéria prima para as intervenções que a Junta faz,  
655 como por exemplo paralelos, areia, cimento e etc, que são intervenções no espaço público, na pág.  
656 10 – Viadutos, arruamentos e obras complementares, são diversos projetos que estão distribuídos  
657 no PPI, são intervenções em espaço público, em relação ao comparativo entre o orçamento inicial  
658 e o orçamento retificativo, poderia ser fornecido no futuro, a leitura que o Executivo tem tido é  
659 que a informação que seja da melhor leitura para a Assembleia, tanto que perceberam que na parte



660 da prestação de contas em que pediram a comparação com o ano anterior e isso foi feito, também  
661 não vê problema nenhum em o fazer.

662 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

663 **Ricardo Duarte** Agradeceu os esclarecimentos técnicos que foram prestados e também esclarecer  
664 a sra. Presidente da Junta que agradeciam os seus esclarecimentos sobre como leu o mapa, mas  
665 também conseguiam perceber o que são reforços e inscrições, e por isso tinham feito as perguntas  
666 concretas e se calhar tinham perdido menos tempo com divagações, também tinha sido feito uma  
667 pergunta, esta mais política que tinha a ver com o projeto no valor de 200 mil euros para o Largo  
668 do Ministro quando haviam tantas zonas carenciadas, a essa já não interessou responder, a  
669 perplexidade da sra. Presidente da Junta com perguntas sobre o que eram os outros, respondendo  
670 que os outros eram etc, e os outros etc estavam a falar de 1 milhão de euros, de 200 mil euros,  
671 não estavam a falar de trocos, portanto era normal, apesar de parecer estranho a algumas pessoas  
672 que queriam ser esclarecidos, porque só assim podiam fazer o seu papel de fiscalização da Junta  
673 de Freguesia, o que o chocava era que houvesse alguém que ache isso estranho, deixava à  
674 consideração se quisesse responder à questão política colocada, se achar por bem não responder,  
675 também já estavam habituados.

676 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

677 **Bruno Rolo** Ia voltar fazer as perguntas que não foram respondidas, qual a razão pela qual o mapa  
678 que foi à CML com uma série de propostas incluídas no contrato de descentralização de  
679 competências de 1 milhão e 900 mil euros não corresponde ao PPI que lhes foi apresentado; qual  
680 era a opinião da Junta e se acha que tem condições que o protocolo de 100 mil euros referentes  
681 aos ecopontos, 50 mil euros serem para investimento para ferramentas, utensílios e viaturas, e se  
682 os outros 50 que sobram são suficientes para despesas correntes com pessoal e outras despesas  
683 para 1 ano de manutenção dos ecopontos. Sobre as despesas de capital, quando leu os protocolos  
684 viu que não vinha consignada a receita de capital mas essa receita de capital foi incorporado na  
685 revisão orçamental como despesa de capital, de protocolos, em números redondos, são 2 milhões  
686 e 200 mil euros, desta verba na modificação ao PPI e somando as parcelas de dotação corrigidas  
687 e tirando a primeira que é a modernização dos serviços, que tinha uma dotação de 20 mil euros e  
688 teve um acréscimo de 9 mil euros, eram rubricas que não estavam abertas, fez as contas e dava-  
689 lhe 1 milhão e 748 mil euros, menos os 20 mil euros, dava 1 milhão e 728 mil euros de acréscimo  
690 ao PPI, se estavam ali a incorporar 2 milhões e 200 mil euros, mais 621 mil euros de saldo, em  
691 números redondos dá 2 milhões e 800 mil euros, cerca de 1 milhão e 700 mil euros é para despesas  
692 de investimento, nas obras, viadutos e arruamentos no valor de 1 milhão e 60 mil euros em que  
693 não vinham a dizer as obras que iam ser feitas e algumas estavam ali previstas, pretendia saber  
694 que o que não era de investimento, no valor de 1 milhão de euros para o ano todo se cobriam as  
695 outras despesas, pelo que estava a perceber, há muitas despesas que não são de investimento, que  
696 foi a resposta que o técnico de contas deu, são outras despesas, despesas com pessoal e etc, tinha  
697 dúvidas para fazer despesas de investimento de 1 milhão e 700 mil euros, 1 milhão de euros de  
698 despesas que não são de investimento cobrisse esse trabalho a não ser que seja de administração  
699 na atribuição de um contrato a uma empresa, o que percebeu é que muitas coisas é a Junta que vai  
700 administrar diretamente e nesse caso vai ter muitos custos com pessoal, com matérias primas, isto  
701 preocupava-o, mas a verdade é que ainda não tinha percebido muito bem se esta estratégia do  
702 investimento estava consignado a obras reais ou não, porque há obras que estão ali explícitas e há  
703 obras que não constam ali, mas como aquele quadro dizia que era de 2019/2021, e isto tratavam-  
704 se das modificações para 2019, ficava a aguardar que as modificações para 2020 e 2021 sejam as  
705 propostas que vinham no quadro da CML e que não constam ali, assim era difícil perceber o rumo  
706 que a Freguesia leva, porque parecia que ia navegar ao vento.

707 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

708 **Paulo Ribeiro** Olhando para este orçamento e alguém que perceba de contabilidade, há ali  
709 qualquer coisa que está mal e dava um exemplo, olhando para este mapa que foi aprovado  
710 relativamente às obras, a única coisa que se poderia considerar corrente é o apoio dos direitos  
711 sociais, porque eram apoios e eventos, o resto era tudo investimento, a Junta tinha uma receita de  
712 capital de 183 mil euros, mas depois tem o saldo consignado, que é um saldo que não foi gasto  
713 de eventualmente protocolos da CML que não pôde ter gasto com outras coisas, pelo menos em



714 capital deveria estar o saldo consignado, o saldo consignado é para um projeto ou uma atividade,  
715 nunca é receita, e por ser mais do mesmo vão abster-se.

716 **Presidente da Assembleia** Passou à votação do ponto 4 - Apresentação, discussão e votação da  
717 1ª. Revisão ao Orçamento para 2019, ao qual foi aprovado por maioria com 5 votos a favor do PS  
718 e 2 votos a favor do PSD e 5 abstenções, 2 do PCP, 2 dos CSC 1 do BE. Deu a palavra ao Sr.  
719 Ricardo Duarte.

720 **Ricardo Duarte** O sentido de voto não podia ser outro porque, como de costume, mais uma vez  
721 ficaram sem resposta que foram omitidas as questões, seria esclarecedor como sejam as opções  
722 que são tomadas por este Executivo e a forma como distribui o investimento nesta freguesia que  
723 entendem como profundamente desigual, agradeceu ao contabilista, pelo menos respondeu às  
724 questões.

725 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

726 **Paulo Ribeiro** Era mais do mesmo no orçamento, mais o que se passou na anterior revisão, as  
727 coisas não vinham claras mas haviam outros eleitos que faziam chegar os papéis à assembleia.

728 **Presidente da Assembleia** Passou à votação da ata em minuta, ao qual foi aprovada por  
729 unanimidade. Encerrou a sessão.

730 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da  
731 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida  
732 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

733 O Presidente da Mesa:

734 O Primeiro Secretário:

735 O Segundo Secretário:

